

TEXTOS CPDOC

**“NÃO SE TRATA DE UMA AMEAÇA,
MAS...”**

**UM ESTUDO DAS DECLARAÇÕES DOS
MINISTROS MILITARES DURANTE O
GOVERNO SARNEY**

Leila Bianchi Aguiar

Texto Cpdoc nº 34
(1999)

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
Fundação Getulio Vargas

Praia de Botafogo, 190 - sala 1117 - Rio de Janeiro - Cep 22253-900 - Telefone (021) 536-9303 Fax (021) 551-2649
Email: CPDOC@FGVRJ.BR

CPDOC
295
F

**“NÃO SE TRATA DE UMA AMEAÇA,
MAS...”**

**UM ESTUDO DAS DECLARAÇÕES DOS
MINISTROS MILITARES DURANTE O
GOVERNO SARNEY**

Leila Bianchi Aguiar

Texto Cpdoc nº 34
(1999)

Conselho Editorial dos Textos CPDOC

Maria Celina D'Araujo; Helena Maria B. Bomeny e Carlos Eduardo Sarmento

CI-00002907-1

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
CPDOC

17.298/99

(19/04/99)

“Não se trata de uma ameaça, mas. ..”

Um estudo das declarações dos ministros militares durante o governo Sarney*

Leila Bianchi Aguiar

*Este trabalho é parte do projeto "Democracia e Forças Armadas no Brasil e nos países do Cone Sul", coordenado por Maria Celina D'Araujo e Celso Castro e desenvolvido no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, com o apoio da FINEP (ref. 2748/96). Insere-se também no projeto "Brasil em transição: um balanço do final do século XX", aprovado pelo Programa de Apoio a Núcleos de Excelência (PRONEX) e que tem o CPDOC como instituição-sede e o Programa de Pós-Graduação em Antropologia e Ciência Política da UFF como instituição participante. Uma primeira versão foi apresentada como minha monografia para obtenção do bacharelado em História da Universidade Federal Fluminense sob a orientação da Dra. Virginia Fontes.

Comentários iniciais

A volta dos militares ao poder político era assunto recorrente no período Sarney (1985-89). A ameaça desse possível retorno foi construída a partir de representações e vivências de um passado autoritário e do reconhecimento, na nova fase de transição democrática, de continuidades, percebidas em antigos rostos, nomes, práticas políticas e ameaças.

Este trabalho tem como proposta analisar a produção e a difusão das notícias que, durante o governo Sarney (1985-1989), apontavam para uma possível volta dos militares ao poder. Começamos com a posse de Sarney e estendemos nossa análise até 1989, quando Fernando Collor de Mello é eleito pela via direta após 21 anos de ditadura militar¹.

As principais fontes analisadas são os jornais *O Globo*, *Folha de São Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de São Paulo* entre 1985 e 1989. Como os ministros militares são os principais personagens da instituição e os únicos autorizados a falar oficialmente sobre a política nacional foi possível utilizar o arquivo de recortes do projeto do Dicionário Histórico- Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC), organizado com vista à

¹ A última eleição direta para presidente da República ocorreu em 1960.

elaboração dos verbetes biográficos dos ministros das três forças do período: general Leônidas Pires Gonçalves - ministro do Exército, brigadeiro Octávio Moreira Lima - ministro da Aeronáutica e almirante Ivan Serpa - ministro da Marinha. Neste universo, encontram-se artigos sobre o cotidiano dos ministros, notícias de posse, viagens, perfil e, ainda, declarações sobre política, economia, movimentos de trabalhadores, Constituição de 1988 e assuntos diversos. Também foi amplamente utilizada uma bibliografia mais informativa do período recente, que forneceu um contexto histórico, além de complementar as fontes já citadas.² Fica claro, portanto, que não temos como referência todo o noticiário da grande imprensa da época sobre os militares, mas apenas as matérias em que os ministros são explicitamente citados. Para efeito deste trabalho, contudo, esta amostra é suficiente pois estamos considerando-os como porta-vozes de “um pensamento militar”.

O medo

As ameaças presentes nos artigos e jornais entre 1985 e 1989 estão diretamente ligadas a um sentimento de medo que alguns setores da população sentiam frente a uma possível volta da ditadura militar. Ameaça e medo possuem muito em comum. Como afirma Delumeau (1989, 24), o medo “é o hábito que se tem de temer ameaças”. Os argumentos teóricos de historiadores que estudam o medo podem portanto contribuir para analisar as ameaças, produzidas no Brasil contemporâneo.

Dos dois livros utilizados como base para se pensar o medo, o mais conhecido é *O grande medo de 1789* (Lefebvre, 1979), obra que se tornou um clássico para pesquisadores que se dedicam à História Social. A partir deste autor, tornou-se possível compreender como “categorias, aparentemente tão abstratas, podem nos remeter a um conjunto maior de problemas que ocorrem durante o período estudado”.³

As perguntas colocadas por Lefebvre às suas fontes podem servir de inspiração para estudos que tenham como objeto principal sensações aparentemente desconstruídas e que não possuem uma única definição. Tais sentimentos não se expressam de uma maneira homogênea, mas estão presentes de forma difusa na população.

Apesar das possíveis aproximações que podem ser realizadas entre os mais diversos medos,

² As informações complementares sobre o período foram retiradas dos periódicos já citados e dos livros: *Almanaque Abril*. Editora Abril, 1986 a 1990; *Livro do Ano – Encyclopaedia Britannica do Brasil Publicações Ltda*; OLIVEIRA, Eliézer Rizzo de. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, transição e democracia*. Campinas, Papirus, 1994; ZAVERUCHA, *Rumor de Sabre: tutela militar ou controle civil?*. São Paulo, Editora Ática, 1994.

³ FALCON, Francisco. “Prefácio à edição brasileira” in LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro, editora Campus, 1979.

originados através de diferentes tipos de ameaça, é preciso relativizar, e muito, as comparações entre o grande medo de 1789, na França, estudado por Lefebvre, e o objeto deste trabalho, isto é, as referências a um eventual retorno dos militares ao poder no Brasil. Por mais divulgadas que tenham sido as notícias que alertavam para o descontentamento militar em função de algumas manifestações populares ou da redução de algumas prerrogativas, elas não são responsáveis por nenhum tipo de pânico similar ao difundido durante o período que antecipou a Revolução Francesa.

Lefebvre nos ajuda contudo quando demonstra, através dos caminhos percorridos durante a exposição de sua pesquisa, que o mais importante para ele, não é saber se realmente os bandidos estavam invadindo as terras dos camponeses, ou se havia uma conspiração aristocrática por trás de tais atitudes, mas sim, que a população, naquele momento, acreditou nisso e se tal crença foi responsável por uma série de acontecimentos que influenciaram os rumos da Revolução Francesa.

Da mesma maneira, acredito que, embora a volta ao governo não fosse intenção da maioria dos militares - e inicialmente tudo leva a crer que isto era verdade - a publicação periódica de reportagens deixando entrever o contrário produzia grande impacto e lançava suspeitas quanto aos rumos da transição política.

A produção das ameaças nesse período também só pode ser compreendida quando se analisa a conjuntura política brasileira. Uma breve consulta às fontes, permite que o pesquisador observe oscilações entre momentos de maiores e menores “agitações sociais”, segundo os termos empregados pelos militares. Nos momentos em que o governo poderia ser chamado de “impopular” e em que cresciam as manifestações nas ruas, eram freqüentes declarações em que os ministros militares mostravam-se extremamente insatisfeitos com os acontecimentos e cresciam as notícias sobre um possível golpe militar. Mesmo que tais matérias fossem sistematicamente desmentidas, a aparição constante dos militares nos meios de comunicação mostrava que continuavam possuindo um papel político fundamental durante a transição democrática, já que eram consultados sobre vários assuntos que fugiam ao âmbito da corporação. Antecipando a imagem de um leitor que ainda possuía lembranças negativas da ditadura militar, tais pronunciamentos levavam a um “controle social”, que Zaverucha (1994) denominou de “democracia tutelada”.⁴

Jean Delemau (1989) segue o mesmo caminho trilhado por Lefebvre. Em seu livro *História do medo no Ocidente (1500-1800)*, afirma que “o silêncio prolongado sobre o papel do medo na História surge a partir de uma confusão entre o medo e a covardia” (1989, 16), o que fez com que

⁴ ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres: tutela militar ou controle civil?*. São Paulo. Ática. 1994.

fosse, por muito tempo, apenas objeto de estudo da Literatura e da Psiquiatria. O autor propõe o resgate do medo pela historiografia, já que ele não é somente uma característica individual e que pode ser analisado coletivamente.

A definição de medo individual, sugerida por Delumeau, pode ser aplicada coletivamente e levanta uma série de questões relativas à produção e divulgação das ameaças.

“O medo individual é uma emoção choque, freqüentemente precedida de surpresa, provocada pela tomada de consciência de um perigo presente e urgente que ameaça, cremos nós, nossa conservação.” (1989, 23)

O autor também distingue dois tipos de sensações comuns tanto ao indivíduo, como à comunidade: “O temor, o espanto, o pavor e o terror dizem mais respeito ao medo à inquietação, à ansiedade, à melancolia, à angústia, que é um sentimento global de insegurança.” (1989, 16) A angústia descrita por Delumeau parece ser a sensação que melhor se adapta ao período Sarney, principalmente quando o autor inclui nesta categoria “a espera da novidade”. Após 21 anos de ditadura militar, não seria exagerado afirmar que os rumos do primeiro governo civil eram incertos.

Manuel Garretón (1987) acredita que existem dois tipos de medo: por certeza e por incerteza. Além disso, existem sempre dois tipos de sujeitos do medo: vencedores e vencidos. Para este autor, todas as sociedades possuem medos, variando apenas as categorias acima.

“Puede decirse que todas las sociedades y los regimenes políticos tienen formas particulares y conscientes de crear y combatir el miedo, o en otros términos, se caracterizan por el predominio de un tipo particular del miedo.” (Garretón, 1987, 3)

Para o autor, nas transições democráticas nos países do Cone Sul, existe uma situação de conflito entre a superação parcial do medo e a tentativa de manter o medo por incerteza, descrito desta forma:

“Es decir, estamos en una situación en que la incertidumbre no desaparece y, por momentos, se agudiza porque muchas veces después de los primeros actos de explosión de descontentos, la propaganda oficial vuelve a alimentar los miedos de la época del golpe, a recordar el caos.” (Garretón, 1987, 19)

Nos regimes democráticos que sucedem as ditaduras militares, existe para este autor, não só o medo dos “vencidos”, mas também o dos “vencedores”. Apesar destas categorias não ficarem muito explícitas ao longo do texto, podemos definir como “vencedores”, os que apoiaram e fizeram o golpe militar, e como “vencidos”, os que mantiveram uma posição contrária. Os “vencidos” temem a volta da ditadura e de todas as suas formas de repressão. Os antigos “vencedores” temem que os “vencidos”, ao alcançar uma nova posição, utilizem procedimentos legais para punir as arbitrariedades anteriormente cometidas, que queiram dela usufruir e tentem “se vingar”, através de “revanchismos”, expressões também recorrentes nas falas dos ministros militares brasileiros.

“El miedo predominante en estas fases es el miedo de los vencedores, que serán los vencidos en el proceso de transición. Los crímenes cometidos empiezan a ser reconocidos en la sociedad y las demandas por justicia y castigo se generalizan.”
(Garretón, 1987, 21)

Esta análise de Garretón (1987) sobre alterações de contexto, é fundamental para percebermos que o medo, originado a partir das ameaças, é um sentimento plural. Não possui um único sentido e afeta diversos grupos de diferentes maneiras. Além disso, está diretamente relacionado ao contexto político de cada país, o que torna importante caracterizar a transição democrática brasileira, que será o objeto principal da próxima seção.

2 - A produção das ameaças

Segundo a visão de Jorge Zaverucha (1994), a consolidação da democracia no Brasil foi impedida por uma tutela militar continua. Para este autor, nos países onde ainda existe uma tutela militar, “os militares ainda determinam alguns resultados *ex-ante*, pois intimidam os civis e podem controlar alguns resultados *ex-post* do processo político” (Zaverucha, 1994, 10).

Estudando três casos de transição democrática, Brasil, Espanha e Argentina, o autor conclui que nesses países, durante o processo de transição, “havia espaço suficiente para permitir a consecução de três resultados possíveis: controle civil, tutela ou golpe de Estado” (Zaverucha, 1994, 9). Para explicar os diferentes rumos que tomaram as democracias nos três países, devem ser buscados fatores internos, civis e militares, e a forma como se deu a interação entre esses dois

grupos.

A democracia é definida pelo autor como “uma situação em que os militares obedecem repetidamente aos comandos civis” e ditadura como “o resultado de um golpe bem-sucedido” (Zaverucha, 1994, 10). Para explicar o caso brasileiro, Zaverucha utiliza o termo “tutela amistosa”, que significa “alta convivência civil na manutenção do comportamento autônomo militar, ou seja, preservação de enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado” (Zaverucha, 1994, 10). Segundo este autor, em uma fase de democracia tutelada,

*“Os militares comportam-se de modo autônomo quando seus objetivos não re-
autoridades políticas constituídas ou da oposição política. Em outras palavras, os militares que desfrutam de tal autonomia, têm a “permissão” institucional para tomar certas decisões sempre que desejarem. (...) Numa situação de tutela, o militar se encontra fora das posições mais importantes do Executivo, mas suas ações não são fiscalizadas pelas autoridades legalmente constituídas. Em outras palavras, os militares deixam de ser governo, mas continuam no poder.” (1994, 15)*

Para Wendy Hunter (1997), o período Sarney pode ser classificado como um momento durante o qual foram mantidas as prerrogativas militares derivadas do período ditatorial. Para a autora, o presidente aproximou-se gradualmente das Forças Armadas na medida em que sua popularidade declinava. Sua forte relação com os militares tornou-se visível após o fracasso do Plano Cruzado.

Segundo a hipótese da autora, que conjuga popularidade com controle dos militares por parte dos civis, os militares no período Sarney só poderiam ter seus privilégios extintos nos primeiros meses que decorreram da implantação do Plano Cruzado, pois este foi um dos poucos momentos de popularidade deste governo.

Parece ser consenso, entre as duas diferentes perspectivas, que o período Sarney foi marcado por uma forte presença militar. As Forças Armadas gozavam de uma ampla autonomia, que poderia ser alterada, principalmente pela Constituição de 1988. Observa-se assim, a busca de alianças com os demais setores sociais, destacando-se o empresariado, para garantir a consolidação de um novo “projeto militar”, que já não poderia ser tão autônomo, mas que procurava assegurar a manutenção

de “pontos essenciais” Exemplificando-se novamente com a Constituição de 1988, o chamado Centrão⁵ foi o exemplo mais claro das alianças feitas neste novo período, com o objetivo de assegurar e aprovar pontos importantes na agenda de militares, empresários, grandes proprietários rurais etc.

Considerando o grande número de vezes que os ministros militares são nominalmente citados na grande imprensa e a julgar pelo conteúdo dessas matérias, nas quais continuavam tornando públicas suas opiniões sobre os assuntos mais diversos e importantes do país, podemos concluir que ainda mantinham grande influência na vida política nacional.

Os 451 artigos consultados foram inicialmente classificados em 27 tópicos, escolhidos segundo dois critérios: quantidade e relação direta com o tema, isto é, o medo e a ameaça do “retorno militar”. Desta forma, criamos tópicos específicos para assuntos sobre os quais os ministros militares se referiam recorrentemente: tropas e indústria bélica, Constituinte, estabilidade da Nova República etc. Além disso, mereceram uma classificação especial aqueles que, embora não aparecessem com tanta frequência, referem-se de alguma forma à produção de ameaças, como por exemplo, os artigos sobre críticas à imprensa, denúncias de corrupção e apoio ao presidente Sarney.

Após esta organização inicial, foi possível detectar semelhanças em alguns destes tópicos, permitindo uma nova classificação, agora quanto ao conteúdo dos artigos. O primeiro grande grupo, definido como “corporativo”, inclui matérias que tratam de assuntos “estritamente militares”, como: armamentos, treinamento militar, orçamento. Em uma democracia consolidada, talvez não fosse possível uma classificação como esta, pois a sociedade também discutiria todos estes problemas, que deixariam assim de ser unicamente “corporativos”. Durante o governo Sarney e, em grande parte até os dias de hoje, os militares são os únicos interlocutores a tratar destes assuntos que, ignorados por grande parte dos pesquisadores e das organizações não-governamentais, tornam-se quase monopólio exclusivo das Forças Armadas.

⁵ Termo que designou a aliança entre setores da direita: militares, proprietários rurais e empresários que defenderam pontos em comum na Constituição de 1988.

Quadro I
Distribuição do conteúdo das declarações dos ministros militares

Assuntos	Classificação	Número de artigos	%
Constituinte	político	54	12
Tropa e indústria bélica	corporativo	49	10,9
Estabilidade da Nova República	político	46	10,2
anistia e denúncias de desaparecidos	político	46	10,2
Mandato de Sarney	político	23	5,1
Sucessão presidencial	político	21	4,66
Posse dos ministros, currículo e perfil	evento	21	4,66
Orçamento e salário	corporativo	19	4,21
Declarações sobre o momento político e econômico	político	18	3,99
Acidente do <i>Bateau Mouche</i>	regulação	18	3,99
Eventos e comemorações	corporativo	17	3,77
Ecologia, CIMI e projeto Calha Norte	Amazônia	17	3,77
Plebiscito presidencialismo x parlamentarismo	político	17	3,77
Movimentos sindicais e greves	político	14	3,1
Incidentes nas Forças Armadas	corporativo	9	2
Acordos e visitas internacionais	evento	8	1,77
Eleições de 1986 e de 1988	político	8	1,77
Departamento de Aeronáutica Civil	regulação	7	1,55
Esquerda brasileira	político	7	1,55
Manifestações contra Sarney	político	6	1,33
Transbrasil	regulação	6	1,33
Novos projetos para as Forças Armadas	corporativo	6	1,33
Apoio a Sarney	político	5	1,11
Denúncias de corrupção envolvendo as Forças Armadas	corporativo	2	0,44
Serviços de informação	corporativo	2	0,44
Outros	geral	5	1,11
TOTAL		451	100

O primeiro grupo é o mais numeroso e importante para a pesquisa. Nos seus 265 artigos ficam mais nitidas as ameaças, pois os ministros das três Forças dão declarações sobre os mais diversos e importantes acontecimentos políticos, que ocorreram durante sua permanência no

Ministério. No quadro abaixo, estes assuntos foram classificados como “políticos”.

Agrupados em sete tópicos, os “assuntos corporativos” perfazem o total de 104 dos artigos do universo listado pela pesquisa, ou seja, 23% do total. Um terceiro grupo de matérias pode ser classificado como “eventos militares”, ou seja, uma série de notícias que regularmente aparece na imprensa, geralmente em pequenas notas, trazendo informações sobre a posse de algum ministro, eventos e comemorações em que as Forças Armadas participam, além de acordos ou viagens internacionais. Foram incluídos também nesta classificação, seis artigos que apresentam o currículo ou o perfil dos ministros que assumem com Sarney. Escritos no momento da posse, contribuem apenas para a elaboração de uma pequena biografia dos ministros militares.

O quarto e quinto grupo tratam de assuntos muito específicos. Foram classificados como “regulação” e “Amazônia”, respectivamente. No terceiro grupo, estão presentes os tópicos que dependiam do controle, da regulamentação e do julgamento militar, como foi o caso do acidente da embarcação *Bateau Mouche* e das matérias sobre companhias aéreas e Departamento de Aeronáutica Civil (DAC). O quarto grupo relaciona-se a um único tópico que reúne assuntos que tratam da Amazônia: ecologia, Conselho Indígena Missionário (CIMI) e projeto Calha Norte. Há ainda um grupo com poucos artigos gerais. Tratam de assuntos variados, sem grande importância para o estudo da produção das ameaças.

Classificação dos principais assuntos abordados pelos ministros militares

Assuntos	Número de artigos	%
Políticos	265	58,76
Corporativos	104	23,06
Eventos	29	6,43
Regulação	31	6,874
Amazônia	17	3,769
Geral	5	1,109
Total	451	100

Podemos perceber, pela quantidade e pelo conteúdo, 451 recortes analisados, que os militares eram personagens importantes para a imprensa, em um período ainda marcado pelo medo e pelas lembranças da ditadura. Aparecem nos jornais como personagens “estratégicos” para os jornalistas (apropriando-se de uma nomenclatura tão utilizada pelos militares) defendendo seus interesses, opinando sobre a estabilidade da democracia e sobre praticamente todos os temas de

âmbito nacional. Mais do que isso, tais pronunciamentos eram vinculados de modo a demonstrar a permanência do poder militar e funcionavam como um exercício do controle social, através da “cultura do medo”.

“Según la concepción generalmente aceptada por los estudiosos del discurso y del lenguaje político, las noticias construyen la realidad social a la que las personas responden, y contribuyen también a construir la subjetividad de los actores y espectadores; en el proceso, refuerzan las estructuras de poder y las jerarquías de valores establecidas. De manera que la segunda perspectiva sugiere que la preocupación por las noticias está más cerca de una forma de subyugación que de una ayuda a la autonomía. Las personas no están indefensas ante la influencia de los medios y los fabricantes de noticias, pero hay una tensión constante, necesaria para mantener el distanciamiento y la autonomía.” (Edelman, 1991, 42)

Um estudo dessas matérias permite afirmar também que os militares não se limitavam à manutenção de suas prerrogativas. A defesa da permanência dos seis ministérios⁶, do julgamento dos crimes militares pela Justiça Militar e das aposentadorias diferenciadas são assuntos recorrentes, mas estão longe de esgotar a lista dos tópicos que poderiam ser escolhidos para entender o “pensamento militar” durante este período. A expressão de opiniões sobre os mais diversos acontecimentos questiona a ideia de que estariam somente querendo defender a corporação de um eventual “sentimento de revanchismo” que os civis pudessem alimentar.

Em geral, os autores que pesquisam as Forças Armadas percorrem dois caminhos. Um representado por Edmundo Campos Coelho, busca as causas da atuação e das intervenções militares no interior das próprias Forças Armadas, e outros as localizam em aspectos políticos, econômicos e sociais “exteriores”. Este é o caso de Stepan (1988), que considera as Forças Armadas como um “subsistema do sistema político maior”.⁷ Articular estas duas análises, me parece ser o caminho mais rico, pois permite definir a existência de um *habitus* militar (Bourdieu, 1989) que não deve ser desprezado, haja visto o intenso processo de socialização existente no interior das Forças Armadas, desde os colégios militares até o permanente contato entre oficiais da reserva e da ativa. O conceito

⁶ Além dos três ministérios (Exército, Marinha e Aeronáutica), possuíam status de ministros os chefes do SNI, do Gabinete Militar e do EMFA.

⁷ Esta citação, assim como um resumo da bibliografia sobre militares encontra-se na revista BIB – Boletim Informativo

de *habitus*, desenvolvido por Pierre Bourdieu, me parece adequado para trabalhar esta influência da instituição sobre os militares. O autor valoriza a dimensão de um aprendizado passado e acredita que a vivência é permanentemente reinterpretada, o que faz com que o contexto histórico e a experiência pessoal sejam valorizados. O *habitus* orienta a ação, mas é fruto de relações sociais. Além disso, uma análise do comportamento da corporação durante um período só pode ser feita se levarmos em consideração a situação política, econômica e social do momento.

Para entendermos esta perspectiva, é necessário compreender que durante o período que se estende de 1964 a 1985, houve o predomínio de um projeto político, econômico e social que, apesar de algumas discordâncias políticas no interior da corporação, principalmente em relação à abertura, foi mantido em seus pontos essenciais. O lento processo de transição possui inúmeras continuidades que permitem afirmar que não houve uma falência total do projeto defendido por grande parte dos militares. A crise parece ser muito mais da presidência de um militar, do que do projeto defendido durante os 21 anos de ditadura.

Durante a abertura, as constantes pressões dos movimentos sociais e a nova conjuntura internacional, deixavam em alerta o governo e os setores econômicos que, ao se sentirem ameaçados, clamavam por uma "estabilidade democrática", cujo significado mais profundo, implicava na retirada dos militares do poder, sem permitir mudanças significativas no arranjo do período anterior.

Torna-se assim um pouco mais fácil entender por que, com a redemocratização em 1985 e com o aparente desgaste da "ameaça comunista" no Brasil, os três ministros militares continuassem a opinar sobre assuntos que não afetavam diretamente a corporação militar. Ameaças "diretas" e "veladas" aparecem nos jornais em momentos como as greves no ABC paulista, manifestações populares contra Sarney, e diversos outros assuntos que diziam respeito ao momento político brasileiro.

Importante lembrar também que a permanência da influência dos militares nos "grandes assuntos nacionais" relaciona-se ao espaço que possuíam na imprensa. Essa presença constante demonstra que continuavam a ser convocados pelos jornalistas, seja para "ameaçar" ou apenas para "avisar" que continuavam fiscalizando as decisões políticas. No entanto, a escolha das declarações a serem publicadas, bem como dos assuntos que deveriam possuir comentários dos ministros militares, é tão importante quanto as próprias declarações. Revelam as posições da imprensa e a importância que dava às opiniões militares em certos temas. Por este motivo, podemos perceber que os jornais

também são lugares de produção de ameaças, e não só de divulgação.

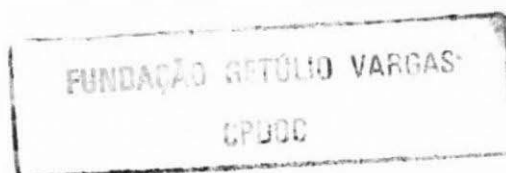
Os artigos que de alguma forma tratam da estabilidade democrática, como por exemplo, os referentes às eleições, são bons exemplos das afirmativas acima. Os ministros nunca declaram por exemplo que “se a esquerda ganhar as eleições, haverá golpe”. No entanto, são periodicamente questionados sobre esta possibilidade, negando-a todas as vezes, mas alertando que se tal ocorresse haveria riscos para a democracia. A opção do jornal em publicar opiniões militares sobre a vitória das esquerdas, enquanto outros assuntos passariam despercebidos, demonstra seu poder na criação e na difusão de ameaças. Mesmo que fosse para negar a possibilidade de golpe, a aparição e as declarações de um dos ministros militares pedindo cautela e atenção para um assunto, significa que ele deveria ser tratado “cuidadosamente”, sob o risco de quebrar a “estabilidade democrática”.

Outro aspecto importante para a compreensão das ameaças são as manchetes de jornais. Estas, muito mais lidas do que o texto integral, atingem um número muito maior de pessoas pela sua evidência. Quando publicadas na capa são lidas inclusive por aqueles que não compram jornais - a maior parte da população. É interessante notar que nos assuntos referentes à estabilidade democrática, muitas vezes a manchete apresenta uma ameaça que não é mantida quando lemos o texto da matéria. Como muitas pessoas lêem apenas a manchete dos jornais, a imagem da ameaça muitas vezes não é desfeita. Outra conclusão que podemos tirar é que a preparação das manchetes também é um momento decisivo na produção e na transmissão das ameaças.

O sujeito da ameaça, isto é, o autor das declarações, conhecido ou presumido - também merece uma atenção especial. Expressões como: “um oficial do Exército”, “uma fonte das Forças Armadas”, “fontes da Aeronáutica” etc. são muito utilizadas quando se deseja dar credibilidade ao sujeito, mas ao mesmo tempo ocultá-lo. O sujeito subentendido é mais frequente nos artigos que trazem ameaças explícitas de retorno dos militares ao poder, normalmente não proferidas por personalidades diretamente ligadas ao governo da Nova República, como por exemplo, os ministros militares.

Segundo, Edelman (1991, 114), existem expressões que, ao serem utilizadas, suscitam uma maior confiabilidade e credibilidade.

“Un conjunto de términos utilizados con frecuencia aynda también a inducir una postura aquiescente con respecto a los actos de los funcionarios públicos. Palabras como “público”, “oficial”, “debido proceso de la ley”, “el interés nacional”, no tienen ningún referente específico, pero inducen un grado



importante de aceptación de acciones que de outro modo serian consideradas con escepticismo u hostilidad. Tales términos evocan un aura sagrada, lo mismo que las inauguraciones, las banderas, los edificios imponentes y las togas judiciales."

Se considerarmos somente a perspectiva corporativista, ou institucional, que considera que as Forças Armadas pretendiam apenas manter seus privilégios e prerrogativas, as ameaças só deveriam ocorrer quando relacionadas ao interesse corporativo. Outras correntes afirmam que as Forças Armadas também possuem um projeto político, econômico e social bem mais amplo do que a defesa da corporação. Esta concepção seria formada a partir das doutrinas internas e das associações entre os militares e outros grupos de interesse, como demonstra René Dreyfus (1989) em seu livro *(O Jogo da Direita*.

As ameaças, no entanto, possuem diversos graus e significados, mas confluem todas para o mesmo significado: a volta do regime militar. Bakhtin (1992) afirma que todos os discursos são dialógicos, porque o enunciador dialoga permanentemente com todos os que já se pronunciaram e, ao mesmo tempo, antecipa os argumentos dos que ainda irão se pronunciar.

"Compreendido como réplica de um diálogo social, o discurso deve estar ligado aos enunciados que lhe antecedem, mas deve também estar relacionado com aqueles enunciados que provoca, como reação a si. No momento que o discurso é elaborado, o elo obviamente não existe, mas pode ser antecipado pelo locutor. O fundo perceptivo do destinatário é sempre levado em conta na elaboração dos discursos: o seu grau de informação sobre a situação seu conhecimento, as suas opiniões e convicções, as suas simpatias e antipatias. Tudo isso determina a forma pela qual se percebe e se imagina o destinatário, e portanto, o lugar que se atribui a ele no discurso." (Bakhtin, 1995, 58)

Na maioria das vezes, as ameaças não são explícitas. Aparecem nos jornais expressões como: "trará prejuízos ao país", "quebrar as regras da democracia", "situação complexa", "instabilidade", "retrocesso", "desestabilização do governo", "período delicado", "pode provocar inquietações" etc. que são eufemismos preferidos para designar as ameaças indiretas frente aos acontecimentos da Nova República.

Podemos analisar este tipo de expressão como uma utilização estratégica destinada a "camuflar" os conflitos.

“¿Cual es el sentido político de términos que subrayan los problemas y ocultan los beneficios? Ellos por cierto silencian los conflictos de intereses entre los grupos sociales. También dan a las víctimas de los problemas y a quienes simpatizan con ellas la seguridad de que la preocupación por sus desdichas está ampliamente difundida. De estos modos sutiles las formas lingüísticas ayudan a moderar la intensidad del conflicto

Segundo Edelman (1991, 85), o inimigo influencia ainda mais a opinião pública quando não é claramente identificado. *“Las creencias en los enemigos políticos parecen influir pública del modo más poderoso cuando el enemigo no es nombrado explícitamente, sino evocado por medio de una referencia indirecta”*

Apesar de não serem nomeados, foi possível perceber através das fontes pesquisadas que, para os ministros militares, os principais "inimigos" do país e da estabilidade democrática, os alvos das ameaças, eram:

- os que desejavam modificar a função das Forças Armadas na nova Constituição, fazendo com que se dedicassem exclusivamente aos assuntos de defesa externa. Os militares defendiam que as Forças Armadas deveriam permanecer intervindo na segurança interna, o que conseguiram com a Constituição de 88;
- os que possuíam projetos que de alguma forma diminuíssem a autonomia militar, como o fim da Justiça Militar e a criação do Ministério da Defesa.
- os que desejavam a antecipação das diretas através da diminuição do mandato do presidente José Sarney;
- os que desejavam rever a lei de anistia e denunciavam torturadores e criminosos;
- os insatisfeitos com a política econômica do governo Sarney e que organizavam greves e manifestações.

Estes "inimigos" deveriam ser amedrontados, e até combatidos, com base nas declarações dos ministros militares. O confronto ocorreu diretamente, como por exemplo, na intervenção do Exército na Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em Volta Redonda, em fins de 1988, que resultou na morte de dois operários grevistas, ou indiretamente, na formação de *lobbies* na Constituinte para a aprovação de leis que zelassem pelas prerrogativas militares ou, ainda, nas

declarações e acusações nos jornais de que os "inimigos", descritos acima, trariam prejuízos "ao momento delicado da transição".

As constantes notícias sobre os militares contribuíam para a permanência da "tutela amistosa" (Zaverucha, 1994), tipo de controle militar que manteria, ao máximo possível, os interesses corporativos e a conservação do projeto político, econômico e social desenvolvido durante o regime militar. Dentro desta ótica, os ministros militares tentavam desenvolver um "ideário comum militar", apoiando-se no medo que "os inimigos" sentiam frente à possibilidade do retrocesso. Ao mesmo tempo, reconstruíam seu próprio papel frente ao novo momento político, no qual já havia um desejo manifesto dos políticos, do empresariado e dos movimentos sociais em manter a democracia

3- Estudo específico de algumas ameaças

Atualmente, já existe uma extensa literatura sobre o tema das transições democráticas, principalmente sobre as que ocorreram nos países da América do Sul e em alguns países europeus, como Portugal e Espanha. Apesar do grande número de trabalhos publicados sobre o tema, os estudos sobre transição democrática podem ser classificados, de uma maneira geral, em três grandes grupos ou modelos:⁸ no primeiro grupo estão os autores que consideram a mudança como resultante de uma grande pressão social; no segundo, aqueles para os quais a mudança para um regime democrático é resultante de acordos realizados no interior da elite dirigente do país, ou seja, uma transformação da opção política das elites e, finalmente, os que analisam a transição política como uma interação permanente entre estes dois fatores - pressão social e opção das elites.

Baseando-se na corrente teórica que analisa a transição política brasileira como uma interação entre pressão social e opção das elites, verificamos que, embora a iniciativa de distensão tenha começado a partir do governo Geisel, ela foi acelerada em função de alguns movimentos sociais que ocorreram a partir deste momento e que de alguma forma mudaram o projeto inicial de abertura política. Utilizando a análise de Luiz Werneck Viana,⁹ Eli Diniz (1985, 334) afirma sobre o caso brasileiro:

⁸ Estas categorias foram analisadas por : DINIZ, Eli. "A transição política no Brasil: uma reavaliação da dinâmica de abertura" in *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, editora Campus, vol.28, nº3, 1985, pp.277 a 394.

⁹ VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983, p.166 apud. DINIZ, Eli. "A transição política no Brasil: Uma reavaliação da dinâmica de abertura" in *Dados- Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol.28, número 3, 1985, pp.329-346.

"A abertura deve ser focalizada como um projeto de mudança concebido pelos mentores do regime autoritário como forma de recompor suas bases de apoio, desgastadas pelo longo tempo de restrições políticas imposto ao país pelos governos pós-64 e particularmente pelo ciclo repressivo de 1968-1973.. Por outro lado, porém, a meta da distensão não obedeceu a um programa previamente formulado, contendo indicações sobre suas várias etapas. Tais fases não foram previstas e delineadas a priori. Ao contrário, segundo meu ponto de vista, a estratégia distensionista foi sendo gradualmente elaborada e redefinida em função das pressões e resistências enfrentadas pelos governos encarregados de implementá-la. Tendo em vista tais considerações, parece-me pertinente distinguir o processo de abertura, do projeto de abertura, tal como sugerido por Luis Werneck Vianna."

Desta forma, a abertura pode ser caracterizada como uma luta permanente entre a tentativa de obedecer ao programa de distensão, formulado ainda sob o governo Geisel, e as modificações que aceleraram o processo de democratização. Para que o projeto formulado fosse cumprido, os setores mais influentes utilizaram seu poder coercitivo numa tentativa de abafar as vozes discordantes através da violência física e das ameaças veiculadas na imprensa, durante os governos Geisel, Figueiredo e Sarney.

É neste contexto que devemos analisar o primeiro governo civil brasileiro após a ditadura militar. Este assegurava a manutenção de pontos importantes da agenda traçada anteriormente pela aliança civil-militar, que esteve no poder durante 21 anos, e que desejava manter grande parte de suas prerrogativas. No entanto, deveria traçar "novas estratégias" em face do novo momento. Apesar da pequena literatura sobre o governo Sarney, podemos afirmar que manteve uma característica pré-existente: a ambigüidade. Foi também permanentemente marcado por avanços e recuos. Grande parte do projeto de "distensão lenta, gradual e segura" iniciado por Geisel (1974-1978) ainda deveria ser seguido, sob pena de utilização de alguns dos mecanismos de controle do período anterior. Partindo deste raciocínio, e apresentando alguns exemplos, fica mais fácil compreender por que as ameaças são tão recorrentes no período pós ditadura militar.

No dia 15 de janeiro de 1985, Tancredo Neves, candidato do PMDB e da Frente Liberal foi eleito presidente da República por um Colégio Eleitoral. Se a escolha deste candidato representava

um avanço em relação ao candidato mais conservador, Paulo Maluf, a eleição realizada através de um Colégio Eleitoral frustrou a intenção de grande parte da população, demonstrada nos comícios das “Diretas já”.

O presidente em exercício, João Figueiredo, antes de ser substituído tomou todas as precauções necessárias para evitar punições e interferências futuras em assuntos que deveriam continuar sendo “monopólio dos militares”. Em 4 de fevereiro de 1985, por exemplo, Figueiredo assinou um decreto transferindo para os ministros militares a prerrogativa, até então presidencial, de passar oficiais superiores para a reserva ou nomeá-los para missões no exterior (Zaverucha, 1994, 169). Antecipava desta forma os diversos processos que poderiam surgir na Nova República contra oficiais da ativa, por envolvimento em torturas e atividades ilegais durante a ditadura, e que poderiam levar o presidente da República a passá-los para a reserva ou nomeá-los para missões no exterior, com o objetivo de “abafar” a denúncia no Brasil.

Esses avanços e recuos ajudam a entender o sentido de algumas ameaças que passamos a examinar. Para tanto vamos nos deter em dois conjuntos de assuntos: “corporativos e políticos”.

a) - Assuntos “corporativos”

" No trato com os militares, o Brasil não é Argentina"

(Ministro Octávio Moreira Lima – ESP 20.03.87)

Dentre os assuntos que poderíamos classificar como “corporativos”, ou seja, aqueles que no senso comum são chamados de militares, receberam destaque na imprensa: orçamento militar, programas nucleares, projetos e reformas na instituição. Evidenciam-se também alguns incidentes que ocorreram no interior da corporação e que tiveram repercussão externa.

O orçamento militar recebeu grande destaque. As verbas para os diferentes projetos militares eram provenientes de distintos fundos, alguns secretos que geraram intenso debate. A posição dos militares foi a de minimizar o acontecimento. O ministro Octávio Moreira Lima declarou que “não importa a origem dos recursos, uma vez que todo o dinheiro vem do Tesouro Nacional.” (ESP 14.10.87)

As reclamações por melhores salários também foram constantes, em um período permeado por greves de outras categorias que perseguiram este mesmo objetivo. No entanto, ocupados em

reprimir diversas greves ao longo do período Sarney, os oficiais não podiam permitir que seus comandados utilizassem as mesmas formas de reivindicação e procuraram decidir a questão através de sessões com o presidente e de outras formas de pressão, entre elas, declarações constantes nos meios de comunicação.

Em um comunicado a seus subordinados, o ministro Octávio Moreira Lima escreveu o seguinte no último parágrafo:

“Desta forma, exorto a todos os comandantes, chefes e diretores das organizações militares da Aeronáutica, a que busquem esclarecer a seus respectivos efetivos de importância de se manter, diante deste momento, um clima de sobriedade e viva consciência, tendo em mente de que este tema poderá ser potencializado, despertar o interesse de defesa de alguns grupos, cujas intenções decididamente não vem ao encontro das nossas, e que poderão gerar confusão e desconfiança em nosso meio, em nada contribuindo para as atuais dificuldade.”. (palestra feita para os integrantes da FAB na Força aérea de Cumbica e transcrita no ESP 14.10.87)

É interessante destacar que o jornal apresenta o texto na íntegra e faz questão de afirmar em sua manchete que a situação dos militares é aflitiva. A matéria evidencia a preocupação do ministro com os possíveis levantes no interior das Forças Armadas. Esta possibilidade é então, apresentada através de um meio de comunicação, o que se configura como uma forte pressão para que os legisladores apresentem medidas para resolver da melhor forma esta situação, ou seja, que concedam logo o reajuste salarial. Após um período, permeado por reclamações, o governo resolveu aprovar um aumento de 19,5% para os militares, em um período em que a estratégia do governo era congelar salários para conter a inflação.

Durante todo o período Sarney, assegurou-se a continuidade dos programas nucleares. Além disso, os militares que controlavam estes programas, também mantiveram o controle do material bélico. Nas dez declarações sobre a energia nuclear, os ministros reafirmavam a importância, para o Brasil, de dominar a energia nuclear, usando-a para fins pacíficos. É interessante observar que em nenhum momento os ministros dirigem-se à imprensa para esclarecer em que consiste o programa nuclear. Limitam-se apenas à tentativa de explicação dos projetos descobertos pela imprensa. Entre os principais projetos estavam: a construção de um supersônico, de um

submarino nuclear e o desenvolvimento de novas técnicas de enriquecimento do urânio, com o objetivo de tornar o Brasil independente nesta área.

O jornal *Folha de São Paulo* denunciou a existência da base de Cachimbo, utilizada para realizar experimentos com armas nucleares. Esta base foi negada durante algumas semanas, até que foi admitida, mas não foram expostos os detalhes de seu funcionamento. Não foi divulgado inicialmente, nem a que Força pertencia. Esta descoberta e as negações posteriores levantaram suspeitas sobre a existência de um projeto nuclear secreto. O programa nuclear voltou a ser notícia em janeiro de 1987, quando foi descoberta uma conta secreta no Banco do Brasil sob o nome de “Delta três”, pertencente ao presidente da Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN) (FSP 07.04.96).

Em dezembro de 1986, o presidente uruguaio Julio Sanguinetti reuniu-se, em Brasília, aos presidentes brasileiro e argentino, assinando um tratado de cooperação de tecnologia nuclear entre os três países. Adiou-se por pressão militar brasileira, a assinatura do protocolo Brasil-Argentina sobre “cooperação na produção para a defesa” (Almanaque Abril, 1987). Apesar de todo o esforço de aproximação entre Brasil e Argentina, demonstrado a partir dos numerosos encontros entre os presidentes destes dois países, as Forças Armadas brasileiras continuavam a desconfiar desta aproximação. Os artigos da revista *A Defesa Nacional*¹⁰ que tratavam deste assunto, contrastavam com o otimismo contido nos jornais.

Um tratamento diferenciado foi reservado aos projetos e reformas que interessavam aos militares. Em 17 de dezembro do mesmo ano, Sarney assinou um decreto abolindo o anterior que determinava a punição dos militares reformados que fizessem declarações políticas (Zaverucha, 1994, 175). Com esta medida, este setor das Forças Armadas ganhou uma posição privilegiada para emitir opiniões publicamente. Mesmo reformados, os militares possuíam um papel de destaque na imprensa, pois alguns deles haviam sido extremamente conhecidos durante a ditadura. Suas declarações continuavam interessando e marcando para os leitores o limite entre o que incomodava a instituição militar, de uma maneira geral, e quais eram suas principais reivindicações.

O decreto nº 96.876/88, publicado no Diário Oficial, no artigo 4, determinou que uma das prerrogativas do ministro-chefe do SNI era decidir quando poderiam ser liberadas ao cidadão comum as informações contidas nos arquivos do SNI, utilizados pelos governos militares para controlar as pessoas consideradas não-confiáveis (Diário Oficial 30.09.88 *apud*. Zaverucha, 1994, 201). Estes arquivos, contudo, continuam em poder do Executivo até os dias de hoje (1999) e ainda

¹⁰ *A Defesa Nacional* – Revista de assuntos militares e estudo dos problemas brasileiros. Rio de Janeiro. Cooperativa

não podem ser acessados para pesquisa.

De uma maneira geral, não foram muito numerosos os incidentes que ocorreram no interior das Forças Armadas. Em outubro de 1987, soldados sob o comando do cap. Luiz Fernando Walter de Almeida, tomaram de assalto a prefeitura de Apucarana, em protesto por melhores salários. O capitão, após a invasão da prefeitura, leu de pé sobre a mesa do prefeito, uma nota de protesto contra os baixos vencimentos da tropa (Zaverucha, 1994, 187). Esta ação foi combatida com a seguinte declaração do general Leônidas Pires Gonçalves, em 27 de outubro de 1987:

“As Forças Armadas, e eu falo especialmente pelo Exército, estão decididas a assegurar a estabilidade que é necessária para a transição política... Nada vai pôr em risco o processo de transição. Os senhores estejam certos do seguinte, e quem quiser teste: as Forças Armadas estão unidas, o Exército está unido, as ordens do ministro serão cumpridas da maneira mais plena, na hora que ele as der. Quem quiser que teste.” (GL 28.10.87) O capitão, que comandou os 50 homens armados que invadiram a prefeitura de Apucarana, foi condenado a três anos de prisão à exclusão das fileiras do Exército (FSP 02.03.88).

Nas matérias publicadas nos jornais, observa-se uma grande preocupação com a manutenção do orçamento militar, cada vez mais dependente da aprovação do Legislativo. Também são expressivas as notícias sobre os baixos salários nas Forças Armadas e a necessidade da manutenção de projetos de alta tecnologia. As ameaças surgem quando se explicita o descontentamento dos subordinados com a nova situação, e os ministros fazem declarações sobre a situação aflitiva das Forças Armadas. É necessário afirmar que a insatisfação de homens armados gera sempre uma apreensão maior, quando anunciada, do que as reivindicações e greves de trabalhadores civis. Apesar de os ministros transmitirem os descontentamentos das tropas, deixavam claro em seus pronunciamentos que continuava sendo proibida qualquer manifestação que sinalizasse para a quebra da hierarquia e da disciplina no interior das Forças Armadas.

b) - Assuntos políticos

O dia 31 de março de 1964 possui um grande simbolismo, pois ficou definido como o dia da “Revolução”. Observar as manifestações, comemorações e ordens-do-dia nos seus aniversários pode ser um interessante exercício para identificar a forma da tutela militar na Nova República.

No primeiro aniversário do golpe durante um governo civil, em 1985, os militares

preferiram divulgar uma declaração conjunta afirmando que a democracia nasceu de 1964 (FSP 31.03.85). A ideia da permanência deveria ficar clara, assim como era importante firmar a imagem de que a democracia só foi possível devido à intervenção militar, que deveria também ser caracterizada como “inevitável e necessária”. Antes mesmo da morte de Tancredo, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, já havia afirmado que “o ciclo revolucionário inaugurado em 64, não se encerra com a posse de Tancredo Neves, mas se eterniza porque chegou a democracia que nós buscamos.” (GL 09.03.85)

Notícias sobre a possibilidade de um novo golpe apareceram com frequência nos jornais, nos períodos próximos ao dia 31 de março, durante todo o governo Sarney. Nos dias 31 de março de 1986 e de 1988, o ministro da Aeronáutica, Octávio Moreira Lima afastou a possibilidade divulgada pela imprensa. Em 1986, essa ameaça não estava aparentemente relacionada com nenhum grande descontentamento dos militares. Em 1988, a ameaça estava ligada à aprovação de um mandato de quatro anos para o presidente da República e do parlamentarismo como forma de governo. O ministro descartou a possibilidade de uma intervenção militar e afirmou que estas eram desculpas das fâcções que desejavam aprovar estas medidas. Para ele, “quando alguém perde, sempre arruma uma desculpa porque perdeu” (FSP 31.03.88). Mesmo desmentindo, sua recorrência demonstra que as dúvidas estavam alimentadas e que os ministros algumas vezes utilizavam-se das ameaças, e outras vezes recuavam, desmentindo que houvesse riscos para a transição democrática. Isso ilustrava o caráter ambíguo dos ministros militares que eram, ao mesmo tempo, porta-vozes dos anseios da corporação e se diziam personagens-chaves para garantir a restauração da democracia brasileira.

Outro grande grupo de informações que possuem relações diretas com o período anterior são os crimes cometidos durante a ditadura militar. A anistia, decretada em agosto de 1979, durante o governo Figueiredo, não foi suficiente para cessar as manifestações que desejavam punir os culpados, bem como reconhecer e indenizar suas vítimas. Houve uma permanente preocupação por parte dos militares com a preservação da imagem das três Forças, o que não foi suficiente para impedir o seu desgaste após inúmeras denúncias e manifestações que deixavam viva a imagem de alguns desaparecidos e de alguns suspeitos de tortura, cuja identidade era tornada pública.

Em abril de 85, diversos torturadores foram denunciados, fato frequente durante todo o período do governo José Sarney. O sociólogo Alcir Henrique da Costa e a secretária do PDT, Carmen Cynira confirmaram as acusações do secretário dos Transportes do Rio de Janeiro de que o cel. Valter Jacarandá, subchefe do Estado-Maior do Corpo de Bombeiros, era torturador no início

dos anos 70.¹¹

A certeza de que os militares envolvidos não sofreriam qualquer tipo de punição estava presente desde o início do governo civil, quando o ministro do Exército foi solidário ao adido militar Carlos Brilhante Ustra, reconhecido no Uruguai, pela então deputada Bete Mendes, como um de seus torturadores. Marcando bem qual seria sua posição durante sua permanência no ministério, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, declarou que o coronel Ustra permaneceria no posto e mereceria a total confiança de seus superiores (FSP 25.08.85). O ministro não só foi solidário ao adido militar, mas criticou todos os que queriam punir os culpados das mortes e das torturas durante a ditadura militar. Os denunciantes passavam a ser denunciados, em uma clara tentativa de inverter a situação. Leônidas afirmou no jornal *O Globo* de 23.08.85: “Os que querem reabrir as cicatrizes de uma luta ultrapassada estão impatrioticamente contra as instituições e o processo de normalização política.” Procuravam também tranquilizar os militares, como ficou demonstrado em uma nota escrita pelo Centro de Comunicação Social do Exército, afirmando que um alto dirigente do PMDB assegurou que a anistia foi a pedra angular da abertura política¹². A partir daí, a denúncia foi praticamente esquecida, em uma clara demonstração de que não permitiriam mexer no passado e que o depoimento de um militar continuava valendo mais do que o de um civil.

Um dos temas pendentes que mais “incomodam” os militares durante as transições democráticas diz respeito aos desaparecidos. No período Sarney, sistematicamente, apareceram notícias sobre casos individuais na imprensa e algumas pessoas conseguiram reabrir os inquéritos sobre o desaparecimento de seus familiares

Um caso que obteve uma grande repercussão na imprensa foi o do deputado desaparecido Rubens Paiva. Familiares e amigos desejavam esclarecer sua morte, apurando a partir do depoimento de algumas testemunhas, as circunstâncias em que ocorreu. O inquérito foi transferido da Polícia Federal para a Procuradoria-Geral da Justiça Militar, que identificou como responsáveis pela prisão, tortura, assassinato e ocultação do cadáver de Rubens Paiva, quatro oficiais do Exército, entre eles o cel. Ronaldo Batista Leão, chefe da 2ª Seção do Exército e Comandante do Pelotão de Investigações Criminais do Rio de Janeiro em 1971. Em abril, o relatório chegaria ao fim, concluindo que não seria possível apurar o desaparecimento do ex-parlamentar e nem assegurar se ele estava realmente morto. Respondendo a questões sobre esse caso, o ministro Moreira Lima declarou: “no trato com os

¹¹ O cel. Jacandará foi exonerado da Corporação, em uma das poucas demonstrações de seriedade do período a respeito deste tipo de denúncia.

¹² O ministro referiu-se ao presidente do PMDB, Ulysses Guimarães.

militares, o Brasil não é Argentina” (ESP 20.03.87). Referia-se aos permanentes inquéritos que nesta época estavam sendo respondidos por militares na Argentina e na intensa manifestação de repúdio a militares envolvidos com as atividades de repressão. Os familiares dos desaparecidos argentinos, representados principalmente pelas *Madres de la Plaza de Mayo*, organizavam e realizavam permanentes manifestações na Argentina e no exterior, chamando a atenção de diversos organismos internacionais para o problema dos desaparecidos em seu país e tentando punir os culpados.

No dia 23 de maio de 1989, o gen. Euclydes Figueiredo declarou à imprensa que o ministro do Exército, gen. Leônidas Pires Gonçalves, “é um covarde” (ESP 25.05.89), por não ter defendido o gen. Newton Cruz das acusações de ter ordenado a morte do jornalista Alexandre von Baumgarten. Por esta declaração, o gen. Euclydes Figueiredo foi punido com 10 dias de detenção domiciliar.

Apesar das tentativas de revisão de alguns casos de desaparecidos terem sido extremamente combatidas pelos militares, as ameaças mais explícitas foram feitas quando foi proposta a reintegração dos militares expulsos das Forças Armadas durante a ditadura. Das 46 declarações dos ministros, agrupadas no tópico que agrega declarações sobre anistia, denúncias de desaparecidos e reincorporação de militares cassados (ver quadro I), oito referem-se ao último tópico. Apesar do aparentemente baixo número de artigos, esta era uma proposta extremamente combatida pelas Forças Armadas. A aprovação desta medida desagradava a maioria dos militares porque consideravam que sua instituição poderia desagregar-se, ao incorporar elementos cassados há tanto tempo. Além disso, reconhecer o direito dos que foram afastados, corresponderia a fazer um *mea-culpa*, em que os que foram expulsos não mais seriam vistos como “inimigos do Brasil”. Os esforços neste momento estavam concentrados para barrar esta proposta e aprovar o texto do Centrão, que desejava manter os militares expulsos, fora das Forças Armadas. O brigadeiro Octávio Moreira Lima declarou, em ameaça clara: “A aprovação de mais benefícios para os anistiados pode provocar inquietações e descontentamento dentro das Forças Armadas.” (ESP 10.06.88) Além disso, o ministro Henrique Sabóia revelou uma outra grande preocupação dos militares: “o reingresso dos militares cassados ameaça a hierarquia e a disciplina” (GL 01.09.87) e defendeu a aplicação da Lei de Segurança Nacional, ressaltando que ela continuava em vigor, mesmo durante o período democrático.

Em relação aos assuntos que possuíam uma ligação direta com o período anterior, podemos concluir que os militares brasileiros conseguiram bloquear represálias, não esclarecer fatos obscuros da ditadura e não modificar a Lei da anistia. Durante este momento, o então ministro-chefe do

EMFA, general Paulo Campos Paiva, chegou a afirmar, em visita ao Chile, que o Exército chileno era um exemplo.

As razões desta postura podem ser creditadas à permanente articulação entre os mais diversos setores existentes no interior das Forças Armadas, e que se mantiveram unidos durante todo este período, ao desinteresse do Legislativo e do Executivo pelo tema militar, à pouca atenção dada pelo governo aos movimentos de direitos humanos, à desinformação de grande parte da população que se manteve distante das manifestações contrárias à ditadura mas que não desejava rever aqueles momentos e às ameaças que apareciam nos jornais através de diversos interlocutores, que neste caso específico, foram os ministros militares.

Outro grande grupo de matérias diz respeito à Amazônia que sempre se configurou como um território extremamente importante para as Forças Armadas.¹³ Além de possuir uma grande extensão de fronteira, que as Forças Armadas gostariam de controlar mais ativamente, sempre existiu por parte da maioria dos militares uma esperança de que na Amazônia pudesse estar a “saída para o desenvolvimento brasileiro”. A partir desta concepção, pretendiam defender o território da região Norte de possíveis invasões estrangeiras, e para isso, propunham sua colonização. As organizações não governamentais, os ecologistas e os missionários não são vistos com bons olhos pelos militares, pois a princípio são suspeitos de se interessarem somente pelas riquezas brasileiras.

A questão dos territórios indígenas também continuava sendo muito debatida entre os militares. Para muitos oficiais, a demarcação destas terras ia contra a soberania brasileira. Nas declarações sobre as reservas indígenas estão presentes várias críticas aos missionários do Conselho Missionário Indígena (CIMI), que estariam somente interessados no subsolo das áreas indígenas.

Outro assunto ligado à Amazônia e que esteve em evidência durante o período diz respeito à situação de fronteira. Os ministros das três Forças desejavam uma maior fiscalização e ocupação militar na região. Reivindicavam portanto, um orçamento que pudesse sustentar os projetos que seriam implementados. Uma das maneiras de conseguir a aprovação das verbas pelo Congresso foi a pressão constante exercida através dos meios de comunicação. O jornal *O Estado de São Paulo* publicou uma série de reportagens sobre a interferência de grupos estrangeiros na Amazônia, extremamente elogiada pelo ministro Octávio Moreira Lima que afirmou: “já sabíamos disso, mas se falássemos iam nos acusar de estar tentando ocupar militarmente a Amazônia.” (ESP 14.07.87)

¹³ Esta constatação pode ser feita através de uma análise sobre: a *Revista do Clube Militar*. Rio de Janeiro, editora do clube militar; *Revista da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, divisão de documentação da Escola Superior de Guerra; *A Defesa Nacional – Revista de assuntos militares e estudo dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro. Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual “a defesa nacional”: no período aqui examinado que está contida

Nas matérias publicadas nos jornais, os ministros sempre afirmavam, quando perguntados, que acreditavam na estabilidade política. No entanto, a todo momento apontavam, entre os acontecimentos do período, “riscos” para a democracia. As mudanças que supostamente os militares não iriam aprovar, estavam diretamente relacionadas às declarações e aos alertas para o risco de “retrocesso”, “quebra da estabilidade política” etc. O período que abordo neste trabalho, também foi repleto de declarações de lealdade das Forças Armadas ao presidente e de elogios do presidente às Forças Armadas. É interessante observar que o compromisso de manter a democracia foi firmado diretamente com o presidente. Mas não há, neste momento, nenhum indício de que os interesses das Forças Armadas pudessem estar subordinados às instituições representativas, o que é essencial para a manutenção do regime democrático.¹⁴

Apesar de afirmar a intenção de não interferir na transição democrática, o aparecimento de 46 declarações sobre a estabilidade democrática demonstrava que cada fato importante acontecido no país, teria de ser acompanhado de uma declaração nos jornais de um dos três ministros militares, esclarecendo se o que estava acontecendo, abalava ou não a estabilidade da Nova República. Argumentavam que não havia clima para golpe militar, mas não perdiam a oportunidade de fazer alguns alertas. Desta forma, cada “polêmica” surgida na Nova República criava uma ansiedade na população quanto à posição dos militares. Analisar a estabilidade democrática como um assunto isolado é impossível durante este período. As declarações sobre a manutenção da democracia estão diretamente ligadas aos “assuntos polêmicos” do período que serão analisados separadamente.

No primeiro ano de governo, o ministro Octávio Moreira Lima afirmou que confiava na estabilidade político-institucional da Nova República e que dentre as suas aspirações, almejava consolidar o regime democrático na sua plenitude. Esta notícia significava também um caso raro de apoio declarado a Sarney.

“ O presidente Sarney sabe que pode contar com o apoio e a solidariedade das instituições militares nesse momento de transição em que as lideranças civis correspondem à expectativa do país de realmente sustentar a sua estrutura institucional... A orientação dos ministros será eminentemente profissional.”
(ESP 08.09.85)

no artigo: Aguiar, Leila Bianchi. Três revistas militares, *mimeo*.

¹⁴ Sobre Forças Armadas e democracia, ver: ANDRESKI, Stanislav. *Military Organization and Society*. 1954; HUNTINGTON, Samuel P. *The Soldier and the State. The Theory and Politics of Civil-Military Relations*. 1957; JANOWITZ, Morris. *The Professional Soldier. A Social and Political Portrait*. 1960.

Com base nas matérias sobre os ministros militares, esta meta inicial parece não ter sido cumprida. Como a quantificação das fontes permite mostrar, a maioria dos assuntos sobre os quais os ministros militares se pronunciaram não eram eminentemente profissionais. Através da classificação desenvolvida, na qual uma das categorias comporta assuntos corporativos, podemos observar que somente 23% das matérias sobre os ministros podem ser consideradas assuntos profissionais das Forças Armadas.

Greves, manifestações contra o governo e a proposta de redução do mandato de Sarney são exemplos de assuntos que receberam frequentemente opiniões dos ministros militares, que evocavam a estabilidade democrática de diversas maneiras, configurando tais acontecimentos como ameaças à estabilidade democrática.

No primeiro ano de governo civil, após a ditadura, tudo levava a crer que as declarações dos militares estariam completamente afinadas com o momento que o país atravessava. O medo continuava fazendo parte do cotidiano das pessoas que viveram a ditadura e que não desejavam seu retorno. Os jornais expressavam este medo e traziam matérias que abalavam a confiança inicial na estabilidade da Nova República. Em novembro de 1985, a *Folha de São Paulo* publicou algumas reportagens denunciando a permanência da chamada “direita explosiva” nos Sistemas de Informação. Esta facção das Forças Armadas, tão importante durante a ditadura, parecia, pelo menos em um primeiro momento, não oferecer mais nenhum grande projeto capaz de alterar a estabilidade democrática. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, uma das maiores expressões do governo Sarney, argumentou que a denúncia era falsa, mas o porta-voz da Presidência da República aproveitou para realizar uma ameaça:

“O ministro Leônidas Pires Gonçalves declarou desconhecer a existência de extremistas localizados na Comunidade de Informações. O porta-voz da presidência, Fernando César Mesquita, foi informado pela Folha sobre as declarações à Justiça Militar do sargento Antônio Nazareno Mortari que afirmou que a subseção de operações (SOP) e a segunda seção do Comando Militar do Planalto (CMP) teriam se convertido em focos de conspiração durante a Nova República. O porta-voz da presidência disse que esses grupos estão neutralizados mas, como uma caixa de explosivos, podem explodir ao

*contato com as chamas.*¹⁵ (FSP 20.11.85)

As “chamas” citadas pelo porta-voz da presidência são todos os assuntos que os militares julgam como prejudiciais a si próprios e, por extensão, à própria estabilidade democrática. A “explosão” é a ameaça implícita de que as Forças Armadas fariam tudo para cumprir o seu papel: “manter a ordem interna e externa”, contendo os inimigos da nova ordem democrática. Esta, como já citado, foi sendo criada através de avanços e recuos, em um projeto definido anteriormente a partir do interesse das classes dominantes. No entanto, teve que ser permanentemente negociado pela pressão dos interesses das classes dominadas, observáveis nos movimentos sociais e no “novo sindicalismo”.¹⁶

Afirmando não haver clima para golpe militar, os três ministros não deixavam de lembrar o argumento da força. Um exemplo disso está na discussão sobre o mandato de Sarney. Quando se inicia o debate sobre a redução do mandato do presidente, que a princípio era de seis anos, os ministros militares defendem o cumprimento integral do mandato. A partir do momento em que esta posição se torna insustentável, passam a aceitar uma possível redução para cinco anos. Em janeiro de 87, o general Leônidas Pires Gonçalves não só defendia o cumprimento integral do mandato do presidente Sarney, como condicionava a esse cumprimento “a estabilidade e a legitimidade de todo o arcabouço jurídico que o país vive” (ESP 31.07.87).

Ao longo de todo o ano de 1987, os três ministros militares, e com maior frequência o ministro do Exército, desmentiram boatos de golpes, difundidos principalmente em momentos durante os quais aumentavam as reivindicações sociais. O ministro da Aeronáutica procurou associar a queda de legitimidade pela qual passava o governo Sarney, principalmente a partir da crise do Plano Cruzado, às discussões constitucionais. Em outubro de 1987, declarou: “É só a Constituição ser promulgada que tudo voltará ao normal.” (GL 29.10.87)

Nos jornais pesquisados, durante o ano de 87, os ministros militares negaram sete vezes a possibilidade de um golpe militar. Negavam também a existência de uma crise institucional no governo. Atribuíam estas notícias a ondas de pessimismo, regularmente criticadas, ao mesmo tempo em que afirmavam sua própria confiança nas instituições. As negações sempre apareciam em função de alguma matéria prévia, indicando uma instabilidade no governo, ou de alguma crítica feita pelos militares, e eram sempre acompanhadas de lembretes para a população. A estratégia ambígua

¹⁵ Grifos nossos.

¹⁶ Sobre o papel da classe operária na abertura ver: VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São

utilizada pelos ministros do Exército e da Marinha procurava acalmar a população, suscitando o medo: “o mar está grosso, mas acho que o navio tem aptidões marinheiras para vencer esses mares e ultrapassar as dificuldades. A tripulação, no entanto, precisa unir-se e trabalhar mais pensando mais no bem comum do que nos bens pessoais diretos...” (ESP 12.06.87).

Durante o ano de 1988, as principais demandas das Forças Armadas já tinham sido atendidas, e a permanência de sua função constitucional já estava assegurada. Diminuíram desta forma as ameaças de “quebra da estabilidade política da Nova República”. As notícias procuravam, principalmente, especular sobre o que poderia ter acontecido, se as demandas das Forças Armadas não tivessem sido atendidas. Exemplo disso é a matéria da *Folha de São Paulo*, onde Moreira Lima dizia que o Brasil não esteve sob o perigo de um golpe militar, caso o Congresso Constituinte aprovasse um mandato de quatro anos para o presidente da República e o parlamentarismo como sistema de governo (FSP 31.03.88).

Foram constantes as greves durante os anos de 1985 e 1989. As de maior repercussão nacional foram acompanhadas por declarações dos três ministros militares, especialmente do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves. Os grevistas foram permanente acusados de representarem uma minoria radical e de agirem somente por inspiração política. Procuraram também, retirar o sentido das greves e associá-las a “tumultos e badernas” (GL 21.09.88). A intervenção do Exército foi uma constante, possibilitada principalmente pela manutenção da prerrogativa constitucional das Forças armadas, de manutenção da lei e da ordem interna. O julgamento sobre o que estaria ameaçando a lei e a ordem interna, com a nova Constituição de 1988, ficou a cargo do presidente. dos governadores, prefeitos, etc, o que facilitou ainda mais a intervenção militar em assuntos internos, pois qualquer um destes representantes poderia convocar as Forças Armadas.

Em maio de 1985, eclodiram as primeiras greves da Nova República, e junto com elas, as primeiras ameaças através da imprensa. Após uma reunião convocada pelo presidente José Sarney, que contou com o apoio dos ministros militares, da Indústria e do Comércio, o Palácio do Planalto divulgou nota advertindo que “o governo não permitirá que as greves excedam os estritos limites da lei e que manterá a posição de assegurar o direito ao trabalho e assegurar a propriedade privada” (ESP 17.12.85). Este parece ser um típico exemplo de ameaça, com uma diferença expressiva, posto que esta não é feita pelos ministros militares, mas pelo próprio presidente da República, um representante civil no mais alto posto do governo. O ministro Leônidas declarava que: “greve sem motivo é impatriótica” (ESP 17.12.85). Ao longo de todo o período Sarney, e principalmente após o

fracasso do Plano cruzado, as greves continuariam abundantes e seriam permanentemente criticadas. Em 1987, o ministro do Aeronáutica afirmava: “As manifestações de descontentamento são artificiais, articuladas por uma minoria radical que age por inspiração política. Greves e protestos não possuem razões concretas. São sem motivação salarial, apenas política.” (GL/ESP 21.04.88)

Todas as manifestações realizadas contra Sarney foram extremamente criticadas pelos ministros militares. A partir de 1987, tornaram-se mais freqüentes as manifestações de descontentamento, assim como as declarações dos ministros sobre “os grupos que pretendiam desestabilizar o governo”:

“Mais do que ação subversiva e provocação de uma minoria, o ministro da Aeronáutica considerou a manifestação contra o presidente José Sarney no Rio, uma agressão às instituições democráticas...Octávio Moreira Lima também declarou que as Forças Armadas não permitirão que estes grupos tenham possibilidade de continuar agitando. Declarou também, que a agressão contra o presidente deixa claro que existem grupos cujo objetivo é desestabilizar o governo. São grupos inconformados com a democracia que querem convulsionar o país” (ESP 27.07.87).

Antes de veicular esta mensagem na imprensa, o ministro já havia distribuído uma nota a seus subordinados, avisando que “...considera absolutamente inadmissíveis quaisquer manifestações violentas e repudiáveis” (FSP 03.07.87).

A defesa da ordem interna, uma das grandes preocupações militares, e argumento utilizado para a repressão durante a ditadura, se mantém. No entanto, a novidade é que invocam as instituições legalmente constituídas na democracia.

Havia também, um grande esforço dos ministros em desqualificar as manifestações e ligá-las a grupos específicos, sem expressividade. Recorriam ao argumento de que as greves eram “políticas” (FSP 03.07.87), como se alguma greve não o fosse.

“As manifestações de descontentamento com a sociedade são artificiais, articuladas por uma minoria radical que age por conta própria ” (FSP 03.07.87).

No dia 18 de maio de 1987, o presidente Sarney, em pronunciamento em rede nacional de rádio e TV, anuncia que seu mandato é de seis anos, como prevê a Constituição em vigor, mas que, para evitar que a nação continue imobilizada pela discussão do tempo que deverá permanecer à frente do governo, está disposto a abrir mão de um ano de mandato, permanecendo na presidência até 1990.

Se no início, os ministros militares defendem o cumprimento do mandato integral de seis anos pelo presidente José Sarney, após 1986, já admitem um mandato de cinco anos. Argumentaram de forma ameaçadora que a redução do mandato para quatro anos seria “imprudente” (JB 28.02.86), e que “...o país ficaria ingovernável” (GL 17.11.87). Mais uma vez, evocou-se a “estabilidade e a legitimidade” (ESP 31.01.87) para que Sarney não tivesse seu mandato diminuído. Em março de 1988, Leônidas Pires Gonçalves avaliou que “as declarações sobre os prejuízos do presidencialismo e do mandato de quatro anos surtiram efeito.” (FSP 25.03.88)

O art. 91 da Constituição de 1967 assim definia o papel das Forças Armadas: “As Forças Armadas, essenciais à Política de Segurança Nacional destinam-se à defesa da pátria e à garantia dos poderes constitucionais de lei e da ordem.” A manutenção deste artigo foi a principal meta da instituição militar na Constituinte. Para alcançar tal objetivo, foram diversas as táticas, que incluíam desde a formação de *lobbies* até as declarações sistemáticas na imprensa, que alertavam para o caos, caso essa prerrogativa não fosse mantida.

Antes da formação da Constituinte, os ministros militares mostravam-se confiantes e não esperavam mudanças expressivas constitucionais (ESP 16.08.85). Declarações com o mesmo conteúdo foram feitas ao longo do ano de 1985 e início de 1986. A preocupação com o que poderia ser decidido aumentou, à medida que se aproximava o início dos trabalhos na Constituinte. Octávio Moreira Lima declarava, no início de 86: “Ministérios militares são organismos como todos os outros e não precisam ter suas atribuições definidas na Constituição” (FSP 19.02.86); “Constituição extremamente detalhada não é Constituição, mas sim regime interno” (GL 19.02.86). Nas matérias examinadas, nos dois primeiros anos de governo Sarney, foram feitas 15 declarações pelos três ministros militares, defendendo a manutenção das disposições sobre a função constitucional das Forças Armadas.

Manter a prerrogativa de manutenção da lei e da ordem não era a única demanda dos militares na Constituinte. Os ministros militares eram porta-vozes das principais demandas dos integrantes das Forças Armadas: manter os três ministérios militares - Marinha, Exército e Aeronáutica - em detrimento da proposta de criação de um único ministério integrado, o Ministério

da Defesa; manter a aviação civil sob o controle das Forças Armadas; manter o controle sobre o material bélico; não anistiar os militares cassados.

Em 20 de julho de 1987, uma declaração do então deputado César Maia, no *Diário Oficial da Assembleia Nacional Constituinte*, já antecipava a maneira como a Constituição de 1988 trataria das funções a ser atribuídas aos militares.

“... Nós vamos ter que colocar na nossa Constituição a nossa História. Mas, me preocupa que nós coloquemos na nossa Constituição os nossos traumas. Eu sou ex-presos político, fiquei exilado muitos anos, recebi maus tratos naquela época, mas não posso colocar problemas numa Carta que tem que ser permanente.”¹

Se em uma primeira fase de elaboração da Constituinte, o papel das Forças Armadas parecia ficar restrito somente à defesa contra ataques externos, esta não seria a configuração final da Constituição. Os *lobbies* criados pelos militares, as constantes ameaças e declarações veiculadas em jornais, além dos acordos realizados principalmente através do Centrão, parecem ser as principais razões para isso. Em 27 de agosto de 1987, durante uma reunião ministerial convocada pelo presidente José Sarney para discutir o déficit público, o ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, criticou o anteprojeto constitucional, numa declaração antecipada de que as Forças Armadas estariam descontentes com o papel que a futura Constituição poderia lhes reservar.

“ A vontade política do povo e do governo não está sendo sentida pela Constituinte. A maioria do povo brasileiro é moderado e a Constituinte está sendo manobrada por um pequeno grupo de esquerda radical.” (ESP 28.08.87)

Em julho de 1987, o brigadeiro José Elislande Bayer de Barros declarou à Subcomissão de Defesa que, por razões políticas, econômicas e militares, julgava não aconselhável a criação do Ministério da Defesa e advogava a manutenção da estrutura organizacional das Forças Armadas. O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, também fez sérias críticas ao anteprojeto constitucional, enfatizando o descontentamento das Forças Armadas com o novo papel que a Constituição propunha em um primeiro momento. Nesta proposta, intensamente criticada pelos

¹ Diário Oficial da Assembleia Nacional Constituinte (suplemento). 20.7.87 *apud*. OLIVEIRA. Eliézer Rizzo de. *op.cit.* p118.

ministros militares na imprensa, o papel das Forças Armadas ficaria restrito à segurança contra ataques externos. Não poderiam mais intervir em assuntos internos, configurando-se uma tentativa de afastar os militares da política, retirando-lhes a prerrogativa de “manter a segurança interna”. Esta primeira “versão da Constituinte” diminuiria a autonomia militar e aproximava-se muito das sugestões feitas pelo Núcleo de Estudos Estratégicos da UNICAMP (FSP12.11.87).

No entanto, evidenciando o desagrado da maior parte dos setores influentes dentro das Forças Armadas, foram publicadas diversas declarações durante o ano de 1988, com o objetivo de modificar esta primeira versão da Constituição no que diz respeito ao papel a ser desempenhado pelas Forças Armadas. Para o ministro da Aeronáutica, brigadeiro Octávio Moreira Lima, a “ameaça subversiva” tão combatida a partir de 1964, ainda estava presente, e por isso a Constituição não poderia retirar a função de manutenção da lei e da ordem interna:

“ Não podemos perder de vista que aqueles setores políticos que aspiram a chegar ao poder por processos antidemocráticos, para asfixiar de vez a democracia, não renunciaram às suas doutrinas e convicções. E na medida em que elas se aferram, sabem perfeitamente que as Forças Armadas, hoje e sempre constituem o obstáculo básico à consecução de tais objetivos. ”(FSP 16.06.88)

A proposta de ampliação da anistia também não teve êxito na Constituinte. Em 17 de junho, o ministro da Marinha, Henrique Sabóia, elogiou a atuação de Ulysses Guimarães, relator da Constituição, ao tratar deste assunto (GL 17.06.88).

Promulgada no dia 5 de outubro de 1988, a nova Constituição praticamente não alterou os capítulos relacionados às Forças Armadas e à segurança. No entanto, esta não parecia ser a conclusão do então senador Fernando Henrique Cardoso, que declarou na Comissão de Sistematização:

“Declaro enfaticamente que este texto [do relator Bernardo Cabral] rompe com a teoria da tutela, dotando a nossa Constituição de um instrumento moderno, que não tapa o sol com a peneira, sabe que as Forças Armadas existem e que, em certos momentos, o poder civil precisa delas, mas que elas não devem ser silêntes, obedientes e hierarquizadas ao poder civil que se fundamenta no voto popular.”

A partir de 1987, iniciou-se a discussão sobre a possibilidade de realização de um plebiscito para escolher a forma de governo, paralelamente à publicação de ameaças explícitas. Inicialmente, os ministros foram contra a convocação e lembravam da consulta realizada durante o governo de João Goulart. Octávio Moreira Lima utilizou-se deste argumento para defender sua posição: “O último pleito convocado para decidir o assunto não foi feliz.” (JB 29.08.87) “Esses plebiscitos são eivados de vícios. Eles têm uma constatação emocional e não racional e nós precisamos, sobretudo agora, de racionalidade nas nossas decisões... qualquer forma de plebiscito é uma forma equivocada de a sociedade se manifestar.” (FSP 03.09.87)

Se no início a posição parecia somente anti-democrática, com a confirmação de que a consulta iria mesmo acontecer, os ministros começam a afirmar suas posições, referindo-se sempre ao caos que poderia acontecer, caso o resultado fosse diferente do que esperavam. As declarações do ministro da Aeronáutica merecem transcrição: se em setembro de 1987 ele dizia que “...o parlamentarismo seria um desastre para o país”, em junho de 1988, quando a popularidade do presidente já estava em baixa e as pesquisas indicavam que o próximo presidente poderia ser da esquerda, ele declarava: “A implementação do parlamentarismo no país representa a continuidade do processo de transição democrática.” (FSP 24.06.88) O parlamentarismo permitiria limitar os poderes do próximo presidente.

O ministro do Exército, Leônidas Pires Gonçalves, usou uma categoria que não estava formalmente em discussão e declarou sua adesão a ela: “o presidencialismo mitigado” (GL 25.07.87). Em um período de quatro meses, apareceu seis vezes falando sobre o tema nos jornais pesquisados. Finalmente, a *Folha de São Paulo* publicou uma reportagem, afirmando que o ministro do Exército “aceitaria o parlamentarismo” (FSP 19.09.87), sugerindo que o tema necessitava de uma aprovação dos militares.

As eleições diretas para governador em 15 de novembro de 1986 foram acompanhadas pelos militares, sem muitas declarações. O Plano Cruzado havia sido implementado em fevereiro deste mesmo ano e o PMDB, partido do governo, conseguiu uma expressiva vitória, sustentado pelos, até então, bons resultados do Plano Cruzado I. Em 21 de novembro de 1986, dias após a eleição, foi lançado o Plano Cruzado II, que descongelou preços e serviços, reajustou aluguéis, alterou os critérios de cálculo da inflação e desagradou grande parte da população. Pelas declarações feitas

¹⁸ Comissão de Sistematização. 17.10.87. Diário Oficial da Assembleia Nacional Constituinte (Suplemento c). 27.1.88.

pelos ministros militares, o resultado das eleições era satisfatório. Octávio Moreira Lima declarou que “o povo sabe votar e muito bem”. Para ele, o resultado das eleições mostrava que a opinião pública aprovava as medidas econômicas adotadas pelo governo com o Plano Cruzado e rejeitava os grupos extremados e radicais.

As declarações sobre as eleições de 1988 não foram tão tranquilas quanto as de 1986. A manchete da *Folha de São Paulo* do dia 28 de outubro dizia que “ministro fala em ameaça à transição”. Apesar de uma manchete tão alarmista, o ministro Leônidas Pires Gonçalves declarava ao longo da entrevista que as Forças Armadas **aceitariam** os resultados das eleições de 88. Este é um caso interessante, já descrito no item 2, em que a manchete possui um significado diferente do texto. Um pouco mais adiante, com o crescimento da esquerda nas pesquisas de opinião, o ministro Leônidas Pires Gonçalves ainda afirmava que não temia a vitória das esquerdas.

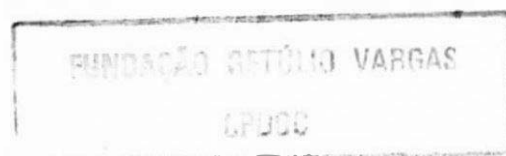
Nas primeiras entrevistas em que eram questionados sobre as eleições presidenciais, os ministros militares afirmavam que iriam apenas observar os acontecimentos, que não participariam do debate. No entanto, após estas declarações, em pelo menos 15 vezes, se pronunciaram sobre o assunto.

Além da declaração de apoio a alguns candidatos, chegou a ser cogitada a candidatura do ministro do Exército Leônidas Pires Gonçalves. Embora tenha sido desmentida no início, a candidatura de Leônidas foi admitida posteriormente, e o ministro chegou a afirmar que queria ser o nome do consenso (GL. 17.02.89). A partir de fevereiro de 1989, Leônidas Pires Gonçalves começou a desistir de disputar a candidatura e em julho do mesmo ano declarou que acreditava que Collor seria o novo presidente da República (GL 22.07.89). Para ajudar sua previsão, votou neste candidato (FSP 17.11.89).

Comentários finais

A divulgação de notícias nos jornais é uma das formas de produção de ameaças. Como procurei demonstrar, a aparição exaustiva dos ministros militares na imprensa reforçava a imagem das Forças Armadas como instituição a ser convocada para opinar sobre os mais importantes assuntos nacionais.

Os jornais neste momento cumprem uma dupla função: de um lado denunciavam (às vezes



corajosamente) algumas arbitrariedades e irregularidades nas Forças Armadas e por outro lado, estimulam o medo pela busca de notícias de impacto, nas quais muitas vezes importa menos a formação de uma opinião crítica do que a venda de jornais.

Além disso, é importante lembrar, embora este não tenha sido o objeto principal do trabalho, que foram traçadas importantes alianças, principalmente durante a elaboração da Constituição de 1988, entre setores do empresariado, grandes proprietários rurais, militares e muitos outros “partidos políticos” no sentido gramsciano (GRAMSCI, 1978), com o objetivo de definir uma pauta mínima que deveria ser defendida por todos. A imprensa não ficou de fora destes acertos. Podemos presumir que a divulgação das ameaças não ocorria apenas para aumentar as vendas. Nos artigos analisados, podemos perceber, muitas vezes, editoriais condenando as manifestações trabalhistas durante o governo Sarney.

Ao realizar o trabalho, pude também refletir sobre as opções teóricas que adotei. O conceito de tutela, que transcrevo logo no início do trabalho, é um importante referencial para perceber algumas continuidades na influência militar no Brasil, principalmente quando comparados com outros países. No entanto, ao tentar resumir os tópicos mais polêmicos de 1985 a 1989, percebi que ao longo destes anos ocorreram mudanças significativas que não podem ficar restritas ao conceito de tutela.

Apesar de as Forças Armadas conseguirem, nesse período, manter muitas de suas prerrogativas, esta não foi uma tarefa fácil. O grande número de declarações dos ministros militares, o *lobby* formado na Constituinte e as ameaças veiculadas nos meios de comunicação, demonstravam que continuavam ocupando um importante papel político, mas também que precisavam se organizar para manter suas funções.

Finalmente, vale lembrar que o medo da população é construído a partir das representações e das vivências de um passado autoritário e do reconhecimento, na primeira fase de transição democrática, de permanências, percebidas em antigos rostos, nomes, práticas políticas e ameaças. A longo prazo, a superação deste medo está diretamente ligada à restrição dos militares à sua atividade profissional, à definição precisa de suas funções e ao fortalecimento no Brasil da democracia, no seu sentido mais amplo.

Obras citadas:

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem: problemas fundamentais do método sociológico na Ciência da Linguagem*. São Paulo, Hucitec, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro, Bertrand, 1989.
- COELHO, Edmundo Campos. "A instituição militar no Brasil" in *BIB- Boletim Informativo e de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro, vol.28, número 3, 1985, pp.5-21.
- DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. São Paulo, Brasiliense, 1981.
- Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Forense-FGV, 1984.
- DINIZ, Eli. "A transição política no Brasil: Uma reavaliação da dinâmica de abertura" in *Dados- Revista de Ciência Sociais*. Rio de Janeiro, vol.28, número 3, 1985, pp.329-346.
- EDELMAN, Murray. *La construcción del espectáculo político*. Buenos Aires, Manantial, 1991.
- GARRETÓN, Manuel Antonio. *Panoram del miedo en los regimenes militares; un esquema general*. Documento de trabajo programa Flacso- Santiago de Chile, número 36, diciembre 1987.
- GRAMSCI, Antonio. *Concepção dialética da História*. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1978.
- LEFEBVRE, Georges. *O grande medo de 1789*. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1979.
- STEPAN, Alfred. *Repensando a los militares en política: Cono Sur - un análisis comparado*. Buenos Aires, Planeta, 1988.
- VIANNA, Luiz Werneck. *A classe operária e a abertura*. São Paulo, Cerifa, 1983.
- ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de Sabres; tutela militar ou controle civil?*. São Paulo, Ática, 1994.

Fontes consultadas:

Jornais: *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de São Paulo* e *O Estado de São Paulo*, organizados pela equipe do Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, que trabalha no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea (CPDOC) na Fundação Getulio Vargas.

Revistas: *A Defesa Nacional - Revista de assuntos militares e estudo dos problemas brasileiros*. Rio de Janeiro, Cooperativa militar editora e de cultura intelectual A Defesa Nacional. Exemplos: de 1985 a 1989.

TEXTOS CPDOC JÁ PUBLICADOS

01. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista* (2ª ed. - 1990)
02. Dulce Chaves Pandolfi & Mário Grynszpan. 1987. *Da revolução de 30 ao golpe de 37: a depuração das elites* (2ª ed. - 1997)
03. Angela Maria de Castro Gomes & Maria Celina S. D'Araújo. 1987. *Getulismo e trabalhismo: tensões e dimensões do Partido Trabalhista Brasileiro*.
04. Mônica Pimenta Velloso. 1987. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*.
05. Angela Maria de Castro Gomes & Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Industrialização e classe trabalhadora no Rio de Janeiro: novas perspectivas de análise*.
06. Ricardo Benzaquen de Araújo. 1988. *In medio virtus: uma análise da obra integralista de Miguel Reale*.
07. Marieta de Moraes Ferreira. 1988. *Conflito regional e crise política: a reação republicana no Rio de Janeiro*. (2ª ed. - 1990)
08. Maria Celina Soares D'Araújo. 1988. *O PTB de São Paulo: de Vargas a Ivete*.
09. Lucia Lippi Oliveira. 1988. *Caminhos cruzados: trajetória individual e geração*.
10. Hugo Lovisolo. 1989. *A tradição desafortunada: Anísio Teixeira, velhos textos e idéias atuais*.
11. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1989. *A experiência corporativa em São Paulo: proposta de análise*.
12. Mônica Hirst. 1990. *O pragmatismo impossível: a política externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)*
13. Regina Luz Moreira. 1990. *Arranjo e descrição em arquivos privados pessoais: ainda uma estratégia a ser definida?*
14. Gerson Moura. 1990. *O alinhamento sem recompensa: a política externa do Governo Dutra*.
15. Angela Maria de Castro Gomes. 1991. *República, trabalho e cidadania*.
16. Maria Celina D'Araújo. 1991. *O Partido Trabalhista Brasileiro e os dilemas dos partidos classistas*.
17. Vanda Maria Ribeiro Costa. 1991. *Origens do corporativismo brasileiro*.
18. Hugo Lovisolo. 1991. *Positivismo na Argentina e no Brasil: influências e interpretações*.
19. Ken Serbin. 1991. *Igreja, Estado e a ajuda financeira pública no Brasil, 1930-1964: estudos de três casos-chaves*.
20. Monique Augras. 1992. *Medalhas e Brasões: a história do Brasil no samba*.
21. André Luis Farias Couto. 1992. *O suplemento literário do Diário de Notícias nos anos 50*.
22. Sílvia Pantoja. 1992. *As raízes do pessedismo fluminense (a política do interventor: 1937-1945)*.
23. Alexandra de Mello e Silva. *A política externa de JK: a Operação Pan-Americana*.
24. Carlos Eduardo Sarmiento Barbosa. *Vozes da Cidade: Pedro Ernesto, a Câmara Municipal do Distrito Federal e os impasses da política carioca (1935-1937)*.
25. Marly Silva da Motta. *A Estratégia da Ameaça: as relações entre o governo federal e a Guanabara durante o governo Carlos Lacerda (1960-65)*.
26. Américo Freire. *Entre a insurreição e a institucionalização: Lauro Sodré e a República carioca*.

27. Helena Bomeny. *Dois amigos e uma cidade: a propósito dos modernistas e do centenário de Belo Horizonte*.
28. Ludmila da Silva Catela. *Argentina: do autoritarismo à democracia, da repressão ao mal-estar castrense 1976-1989*.
29. Alexandra de Mello e Silva. *Idéias e Política Externa: a atuação brasileira na liga das nações e na Omu*.
30. Maria Celina D'Araujo e Celso Castro. *Changing military and security arrangements in the Mercosur: the possible role of the European Union*.
31. Helena M.B. Bomeny. "Raízes e Asas" do investimento empresarial em educação.
32. Carlos Sávio Teixeira. "A idéia de integração e o Mercosul".
33. Ludmila da Silva Catela. "Argentina: militares e consolidação durante o governo Menem".